

MINAS CONTRA O DESMATAMENTO

feam
FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

IEF
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

Igam
Instituto Mineiro de Gestão das Águas

MINAS GERAIS
GOVERNO DIFERENTE.
ESTADO EFICIENTE.

FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL COMBATE DESMATAMENTO ILEGAL NO LESTE DE MINAS

Estima-se que as infrações podem resultar, até a finalização da conclusão dos trabalhos, em multas que podem chegar a mais de R\$2 milhões



A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) realizou, de 26/2 a 1º/3, uma operação de fiscalização ambiental contra a supressão de vegetação nativa nos municípios de Ataléia, Teófilo Otoni, Itambacuri, Frei Gaspar, Franciscópolis e Ouro Verde de Minas. A ação faz parte do Plano Anual de Fiscalização 2024 e foi executada pelas equipes das Unidades Regionais de Fiscalização Leste de Minas e Jequitinhonha.

Para a operação, denominada Yburá, foram mapeadas, por sensoriamento remoto, 39 áreas recentemente desmatadas, contemplando local com sinais de uso irregular do fogo, bem como polígonos adjacentes a porções já fiscalizadas anteriormente. A fiscalização evidenciou o descumprimento da pena de suspensão e incremento no desmatamento ilegal. Estima-se que as infrações podem resultar, até a finalização da conclusão dos trabalhos,

em multas que podem chegar a mais de R\$2 milhões.

Entre as irregularidades constatadas estão a supressão de vegetação nativa, o uso irregular e inadequado do fogo, bem como a realização irregular de atividades que dificultem ou impeçam a regeneração natural da vegetação nativa, sobretudo atingindo florestas e demais formas de vegetação nos domínios do Bioma Mata Atlântica. Durante a ação também foram apreendidos cerca de 13.900 m³ de lenha proveniente de floresta nativa.

“Essas condutas são consideradas gravíssimas, uma vez que violam os preceitos de uso sustentável dos recursos naturais, com impactos negativos sobre a fauna, a diversidade da flora, a disponibilidade natural das águas em qualidade e quantidade, a qualidade do ar, além das características naturais do solo,



comprometendo o equilíbrio ecológico, a saúde e a própria existência humana”, ressaltou o coordenador de fiscalização e gestão de denúncias do Leste de Minas, Elias Nascimento de Aquino Iasbik.

O coordenador explicou, ainda, que a fiscalização também cumpre função pedagógica, no sentido de reforçar que o uso sustentável de recursos naturais é um direito difuso do ser humano.

“Sendo assim, deve ser assegurado, inclusive, às futuras gerações. Os usos dos recursos naturais devem ser controlados e regularizados perante o estado de Minas Gerais, por meio do IEF, da Feam e do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam), conforme vinculados ou não ao licenciamento ambiental”, concluiu.

O nome atribuído à operação, Ybyrá, foi inspirado em vocábulo do povo tupinambá, originário ocupante de algumas porções do atual território brasileiro, cujo significado, de acordo com o Dicionário Tupi (antigo), significa “árvore”, em alusão aos elementos da cobertura florestal nativa das áreas desmatadas, caracterizadas como Florestas Estacionais Semidecíduais.

“Essas condutas são consideradas gravíssimas, uma vez que violam os preceitos de uso sustentável dos recursos naturais, com impactos negativos sobre a fauna, a diversidade da flora, a disponibilidade natural das águas em qualidade e quantidade, a qualidade do ar, além das características naturais do solo, comprometendo o equilíbrio ecológico, a saúde e a própria existência humana”,

Elias Nascimento de Aquino Iasbik

Coordenador de fiscalização e gestão de denúncias do Leste de Minas



OPERAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO COMBATE DESMATAMENTO ILEGAL NA REGIÃO DO ALTO SÃO FRANCISCO



A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) realizou, no mês de fevereiro, mais uma importante ação de fiscalização de combate ao desmatamento ilegal. A Operação Pataxó II, que ocorreu na região do Alto São Francisco, fiscalizou 12 alvos, abrangendo, aproximadamente, 83 hectares suprimidos, sendo a maioria no bioma Mata Atlântica.

Durante a operação foram aplicados mais de R\$ 2,2 mil em multas decorrentes de ilegalidades relacionadas à supressão de vegetação nativa e falta de documentação de autorização. As autuações foram, em sua maioria, por desmatamento de vegetação de espécies nativas sem licença ou autorização do órgão ambiental ou por retirar ou tornar inservível produto da flora nativa oriundo de desmate. Durante as diligências também foram apreendidos 11 pássaros da fauna nativa.

O levantamento dos alvos fiscalizados foi obtido por meio de um processo de classificação que utilizou alertas emitidos pelas plataformas MapBiomas e BrasilMais, além de imagens de satélite utilizando o Google Earth. A metodologia identificou as localidades que apresentavam o maior volume de alertas em termos de área desmatada.

Os alertas também são fiscalizados pela Polícia Militar do Meio Ambiente. Na ocasião, foi constatado que o município de Itapeçerica era o que tinha um dos mais elevados quantitativos de alertas, associados a uma grande extensão territorial desmatada.

A operação deu continuidade à Operação Extraordinária Pataxó, realizada em 2023, quando foram identificados novos alvos em diferentes áreas do município, com o intuito de realizar uma fiscalização abrangente na região, buscando abordar todas as frentes de desmatamento existentes.

"Diante da eficácia notável da primeira fase da operação no município, na qual foi identificada uma área de 104 hectares desmatada, percebemos a necessidade de intensificar a atuação em outras partes da região", ressaltou a chefe do Regional de Fiscalização Alto São Francisco, Dalila Mendes Leonardo.



TRANSPARÊNCIA

O Governo de Minas, por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), disponibiliza diversos canais de denúncias ambientais e conta com o apoio da sociedade para monitorar e denunciar práticas evidentes ou suspeitas de irregularidades ambientais.

A denúncia ou solicitação de fiscalização ambiental pode ser feita pelo LigMinas (ligue 155 - opção 7) ou por meio do site da Semad, que traz mais informações sobre o assunto: [Acesse aqui](#).



FISCALIZAÇÃO

DADOS DE FISCALIZAÇÃO (JAN-FEV/2024*)

15 OPERAÇÕES
SEMAD/PMMG

442 NÚMERO DE
FISCALIZAÇÕES

780 HECTARES EM ÁREA
FISCALIZADA

249 NÚMERO DE
INFRAÇÕES



FISCALIZAÇÕES CONTRA O DESMATAMENTO

ANO	2019	2020	2021	2022	2023	2024*	TOTAL
FISCALIZAÇÕES	6.113	6.334	7.387	10.632	10.950	442	41.858
INFRAÇÕES	3.604	3.347	4.302	6.523	6.378	249	24.403



Ocorrência de desmatamento em Minas Gerais Monitoramento Contínuo da Vegetação - IEF 2024

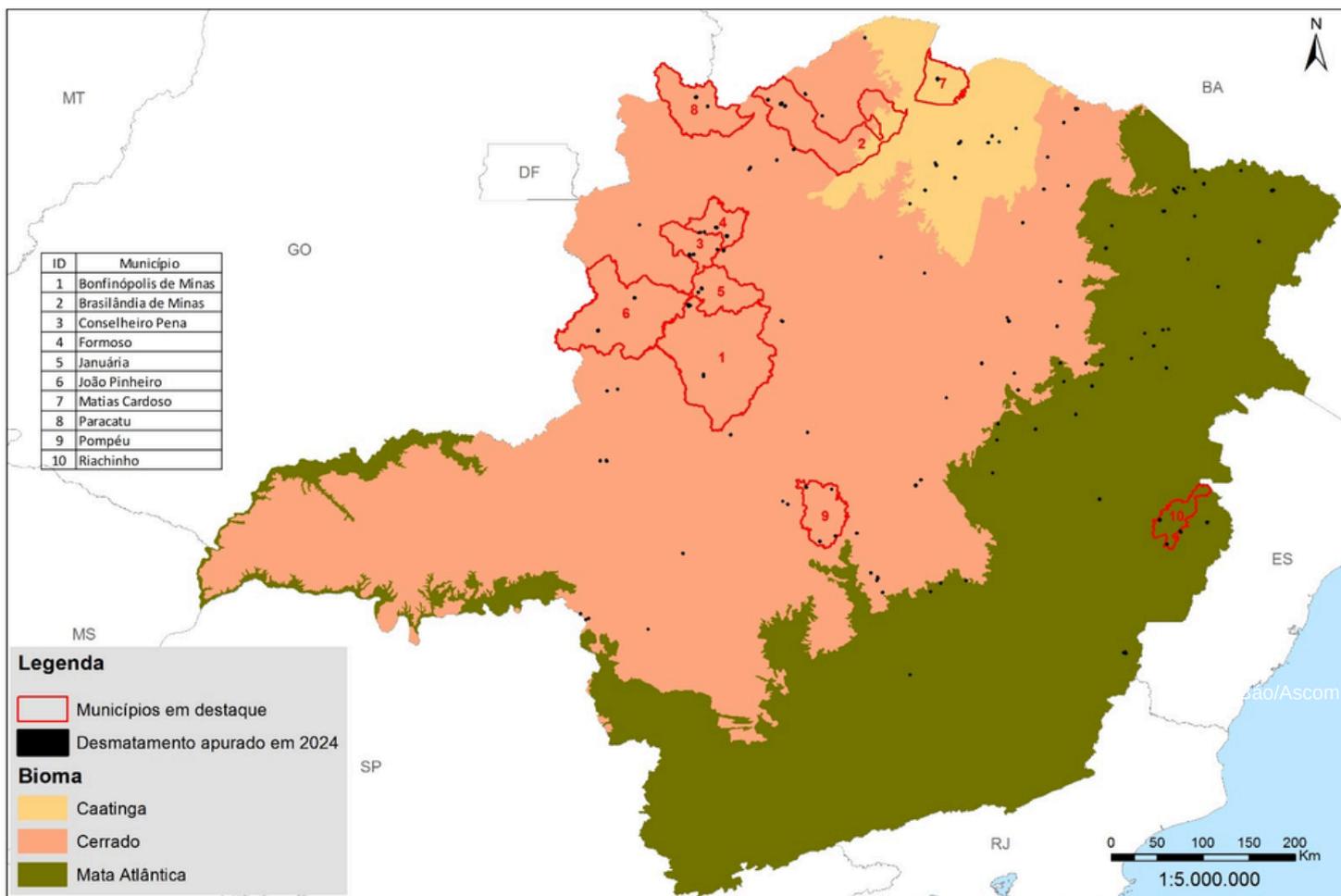




Foto: Divulgação Sisema

IEF PUBLICA SEXTO EDITAL COM NOTIFICAÇÕES DO CAR E CONVOCAÇÃO AO PRA, INCLUINDO ANÁLISES DINAMIZADAS

O IEF iniciou a divulgação dos resultados em agosto de 2023, com a publicação do primeiro edital

O Instituto Estadual de Florestas (IEF) publicou o 3º edital de 2024 (e 6º da série) de notificação com análises do Cadastro Ambiental Rural (CAR) em Minas e convocação ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). O IEF iniciou a divulgação dos resultados em agosto de 2023, com a publicação do primeiro edital. O edital 03/2024 notifica ou convoca ao PRA 1.718 CARs em 151 municípios mineiros.

Os editais são publicados mensalmente para dar publicidade a toda a sociedade das análises que estão sendo realizadas, além de notificar os produtores rurais quando da análise de seu CAR ou convocá-lo para adesão ao PRA.

Dos 1.718 CARs publicados neste edital, 14 não tem qualquer pendência, 2 foram encaminhados ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), 1.488 têm pendências e 214 foram analisados de forma dinamizada e necessitam de aceite do produtor rural na Central do Proprietário/Possuidor. Com esse edital, estão acumuladas 11.705 análises.

“O grande diferencial deste edital é o início das publicações das análises dinamizadas. A análise dinamizada é uma modalidade automatizada, que visa acelerar o processo de análise com o uso de algoritmo que relaciona as informações prestadas pelo produtor rural com

uma base de dados geográfica”, explica o coordenador do CAR pelo IEF, César Donato.

Inicialmente, foi feito um teste da análise dinamizada e selecionados alguns imóveis dentro do projeto FIP Paisagens Rurais, no Triângulo Mineiro. Foram analisados 214 CARs de imóveis rurais em cinco municípios, sendo Uberlândia com o maior volume, 122, seguido de Prata, com 65 análises dinamizadas. Nessa situação, o produtor deve acessar a Central do Proprietário/Possuidor, verificar o resultado da análise dinamizada e aceitar ou recusar. “É importante destacar que, na análise dinamizada, o produtor tem a palavra final”, acrescenta César.

O Projeto Gestão Integrada da Paisagem no Bioma Cerrado (FIP Paisagens Rurais) visa fortalecer a adoção de práticas agrícolas de conservação ambiental e de baixa emissão de carbono, em bacias hidrográficas selecionadas do bioma Cerrado. Ele integra o Programa de Investimento Florestal (FIP), através do Banco Mundial. A coordenação é do Serviço Florestal Brasileiro (SFB/MMA) e da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo (SDI/MAPA). O projeto é executado pelo SENAR, Agência de Cooperação Técnica Alemã GIZ, em parceria com a Embrapa e INPE.

CONSULTA

A consulta ao edital pode ser feita por produtores rurais que cadastraram suas propriedades rurais no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar). Com a notificação sem pendências, os produtores poderão aderir ao PRA, caso tenham passivo ambiental e se enquadrem nos requisitos de adesão ao programa, obtendo benefícios econômicos e contribuindo para a preservação ambiental.

As análises dos cadastros são realizadas pelas equipes do IEF e da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), e oferecem um panorama das propriedades cadastradas, o que permite às autoridades monitorar o cumprimento das leis ambientais e adotar medidas para mitigar impactos negativos.

“É importante que os produtores estejam atentos a essas divulgações. As informações estão sendo divulgadas com transparência pelo IEF, que tem equipe capacitada para dar suporte àqueles que buscam se adequar às exigências ambientais”, comenta o Coordenador do CAR, César Donato.

ANÁLISES JANEIRO

No início de fevereiro, o IEF divulgou o segundo edital de 2024 de notificação de análises do CAR no estado e de convocação para que os proprietários façam a adesão ao PRA. Nessa edição, foram publicados 5.095 cadastros analisados entre os dias 1 e 31 de janeiro de 2024, recorde de análises de CARs em um único mês.

**Publicação do edital
03/2024 de análise de
CAR e convocação
para adesão ao PRA:**

1.718
CARs analisados

**Número de análises
de CAR acumuladas:**

11.705





DENÚNCIAS

A colaboração de todos é fundamental para o combate ao desmatamento! Faça também a sua parte, denuncie!

A denúncia ou solicitação de fiscalização ambiental pode ser feita pelo **LigMinas** (ligue 155 - opção 7) ou por este link: www.meioambiente.mg.gov.br/-denuncia-ambiental-solicitar-fiscalizacao-ambiental



[MEIOAMBIENTE.MG.GOV.BR](http://www.meioambiente.mg.gov.br)



[MEIOAMBIENTE MINAS GERAIS](https://www.instagram.com/meioambiente Minas Gerais)



[MEIOAMBIENTE MINAS GERAIS](https://www.facebook.com/meioambiente Minas Gerais)

feam
FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

IEF
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

Igam
Instituto Mineiro de Gestão das Águas

MINAS GERAIS
GOVERNO DIFERENTE.
ESTADO EFICIENTE.